

41

JANEIRO 2002 • ANO XXIV (III SÉRIE) • €5

HISTÓRIA

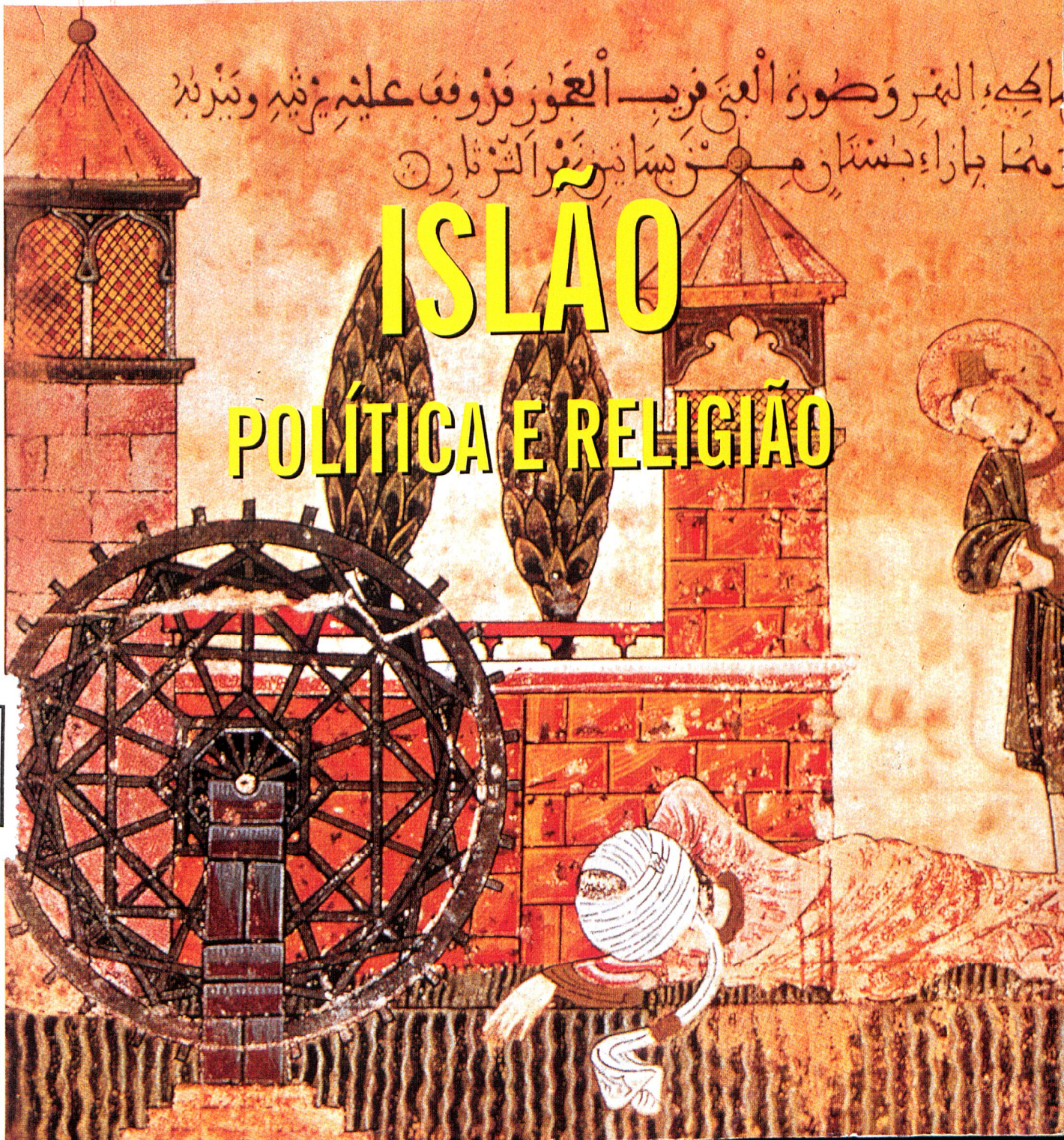
HISTÓRIA

Edward Said
O choque
das ignorâncias



Olhares
O mundo
em Tina Modotti

PP 15072



ISLAO

POLÍTICA E RELIGIÃO



00041

5 601 073 01 306 2

Edição e propriedade
História – Publicações
Conteúdos Multimédia, Lda.
Rua do Telhal, 12 – 3.º Dto.
1150 – 346 Lisboa
Tel.: 21 882 07 60
Fax: 21 882 07 69

Director
Fernando Rosas

Director-Adjunto
Luís Farinha

Editor
Luís Leiria

Colunista
António Hespanha

Redacção
Cristina Faria
Dulce Freire
Irene Pimentel
José Miguel Sardica
Manuela Garcia

Colaboram neste número

Dina Nunes Calado
Djordje Borozan
Edward W. Said
João Carlos Brigola
Luís Trindade
Maria do Céu Pinto
Teresa Freire
Vasco Durão

Projecto Gráfico
Raimundo Santos

Secretariado
Tereza Soares

Publicidade
21 882 07 64

Tiragem deste número:
10 000 exemplares
Registo na ICS:
n.º 104 921
Depósito Legal:
n.º 1084/82

A revista *História* não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos seus colaboradores. Reservados todos os direitos.

Fotolitos e Impressão
Sogapal

Distribuição
Midesa, S.A.

A revista *História*
tem o apoio do
Ministério da Cultura
e do **Instituto Português**
do Livro e das Bibliotecas



32 Dossier

Depois do 11 de Setembro houve um ressurgimento de interesse pelo mundo do Islão. Neste dossier, artigos sobre a Islamização dos Balcãs, o conflito israelo-palestiniano e a primeira guerra anglo-afegã. O dossier é introduzido por um ensaio do pensador palestino Edward W. Said.



54 Investigação Pesca na Costa de Santo André

Durante o século XIX, famílias de pescadores de Aveiro, Murtosa e Ílhavo colonizaram os areais das costas de Santo André, estabelecendo aí a arte da xávega.

- 4 *Cartas dos leitores*
- 6 *Destaques e agenda*
O livro do mês, cursos, efemérides, conferências, exposições
- 13 *Em foco*
Esta globalização que nos (des)governa
por Luís Farinha
O fado em busca das origens
por Manuela Garcia
- 16 *Da história para cá*
O género biográfico em curso
por António Hespanha
- 18 *Entrevista*
António Dias Farinha fala sobre o Islão e o mundo árabe.
por Luís Farinha
- 26 *Ensaio*
O Choque das Ignorâncias
por Edward W. Said
- 32 *Dossier*
A Islamização dos Balcãs
por Djordje Borozan
O Conflito Israelo-Palestiniano
por Maria do Céu Pinto
A Derrota Britânica no Afeganistão
por Friederich Engels
- 54 *Investigação*
Pescadores e Pesca na Costa de Santo André
por Dina Nunes Calado
- 60 *Olhares*
O Mundo em Tina Modotti
por Luís Trindade
- 64 *Património*
Espírito Coleccionador
por João Carlos Brigola
- 68 *Estante*
Leituras:
As Guerras Colonias Portuguesas e a Invenção da História
por Teresa Freire
O PREC Revisitado pelo Norte
por Vasco Durão
As secções Registos e Breves
por Irene Pimentel
- 80 *Ciberhistória*
por Luís Leiria



O Palácio do Marquês de Angeja, à Junqueira

João Brigola

Espírito coleccionador

No Parque do Monteiro Mor, ao Lumiar, permanece o espírito coleccionador do Marquês de Angeja materializado no magnífico parque e no complexo museológico (museus do Traje e do Teatro) que hoje se podem ali usufruir. Também a múmia e a máscara funerária egípcias que pertenceram às suas colecções podem ser apreciadas no Museu Nacional de Arqueologia.

João Carlos Brigola*

As iniciativas museológicas de D. Pedro José de Noronha, 3º marquês de Angeja, destoando do rápido esquecimento em que caíram outros gabinetes e jardins setecentistas, são de há muito conhecidas e estudadas pelos especialistas. As razões prendem-se com a sobrevivência de valiosos testemunhos materiais desta actividade: o palácio que pertenceu à família, na Junqueira, e que albergava as colecções; os projectos de arquitectura que encomendou para um edifício-museu; o Jardim Botânico no Parque do Monteiro Mor, ao Lumiar; a múmia e a máscara funerária ptolemaicas que fazem hoje parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia; além do próprio retracto do protagonista, excepcional representação pictórica de aristocrata-

ta-coleccionador surpreendido no seu gabinete, investido dos atributos devidos à philosophia natural.

Testemunhos de viajantes estrangeiros admitidos à visita dos seus espaços museais também têm permitido um registo fiel das colecções e dos lugares de exposição, merecendo especial referência o relato do Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Madrid, Francisco Pérez Bayer (1782).

A maneira como Angeja terá desempenhado importantes cargos públicos depois da queda de Pombal não mereceu aos seus contemporâneos um elogio muito rasgado, já que lhe couberam, nos ministérios da Viradeira, algumas das áreas mais críticas da governação. Por isso, a justa consagração historiográfica do nosso personagem tem vivido mais à custa das suas actividades de cultor da

*Departamento de História e Centro de Estudos de História e Filosofia das Ciências da Universidade de Évora

CULTURA

**PATRIMÓNIO
& CULTURA (II)**

Maçonaria e Estado Novo em Santarém

- uma hipótese de interpretação

1. No momento em que se procede à divulgação do *Arranjo Urbanístico do Largo Padre Francisco Nunes da Silva* - apresentado pelo Gabinete de Planeamento Municipal, no âmbito do *Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Santarém* - importa fundamentar numa perspectiva histórica as intervenções sugeridas. Trata-se, pois, de trazer para o terreno da memória colectiva as bases em que há-se assentar a proposta urbanística de salvaguarda, recuperação e valorização deste espaço público. Impõe-se esclarecer, no entanto, o carácter exclusivamente histórico da nossa abordagem. Quer isto significar, que as diferentes variáveis envolvidas nas opções finais do *Plano* - arquitectónicas, ambientais, ocupação de espaços, trânsito e parqueamento rodoviários - de igual modo determinaram a leitura global e interdisciplinar assumida pelo GPM.

O recurso à contribuição do historiador partiu de uma evidência incontornável: o Largo Padre Francisco Nunes da Silva encontra-se, ainda hoje, investido de uma magia e de um simbolismo estreitamente ligados a uma das componentes dos movimentos sociais dos últimos cem anos - o associativismo operário. Interessaria, por isso, desvendar os verdadeiros desígnios que informaram e deram vida aos sinais arquitectónicos (visíveis ou ocultos) ali implantados por alguns dos seus mais lúcidos actores.

2. O largo Padre Francisco Nunes da Silva (antigo logradouro público) foi, até aos primeiros anos do nosso século, ocupado pela Igreja do Salvador, altura em que um violento terramoto a destruiu.

A actual organização do espaço - feita a partir de dois elementos significantes: o busto do Padre Chiquito e a sede da Sociedade Recreativa Operária - remonta ao ano de 1919. No cinquentenário da morte do grande amigo do operariado, do "verdadeiro cristão e socialista sublime" (como a imprensa o qualificou), um grupo de dirigentes e sócios da Associação Fraternidade Operária inaugurou, com pompa e circunstância, o monumento ao Prior de S. Julião do Castelo. Obra do escultor Rodrigo F. Júnior, foi colocado no centro geométrico do terreno, em posição fronteiriça à sede da Associação.

O busto encima o capitel de uma coluna que se estende em quatro lanços até à base, tendo o último lanço quatro prolongamentos lanceolados, o projecto original, conforme fotografia da época, fazia rodear o círculo de empedrado com oito pequenas colunas (semelhantes à coluna central) ligadas entre si com correntes de ferro.

Contudo, fotografias dos anos quarenta, documentando o desaparecimento das colunetas, induzem-nos à interrogação - quando e por que razão terão sido retiradas?

3. É conhecida a tradicional implantação do ideário maçónico e anti-clerical em Santarém. Bastaria para tanto invocar a filiação maçónica de personalidades (de algum modo ligadas à história escalabítana) como Bernardo de Sá Nogueira, Passos Manuel, Almeida Garrett e António de Oliveira Marreca. De facto, a primeira loja denominada *Filantropia*, e relacionada com os círculos militares, "erigiu colunas" (isto é, começou a funcionar) em 1814, no seio do Grande Oriente Lusitano. Três anos depois,



Direcção e mais alguns elementos que auxiliaram a concretizar a inauguração deste monumento ao Padre Francisco Nunes da Silva.

a grande perseguição às associações secretas ordenada pelo general inglês Beresford, com pretexto na conspiração de Gomes Freire de Andrade, levou a loja a "abater colunas" (quer dizer, a dissolver-se). Depois desta data, só muito mais tarde, em 1853, surgiria em Santarém nova loja, a *Scalabítana*, integrado no Grande Oriente de Portugal. Porém, não duraria muito tempo, já que, logo em 1855, "abateu colunas".

A partir da década de setenta, o associativismo operário emerge em Portugal como força organizativa autónoma, defendendo princípios socialistas e anarquistas. Porém, alguns dos seus mais esclarecidos líderes são igualmente membros influentes da Maçonaria. Estão neste caso, por exemplo, João Bonança, Silveira da Motta, Nobre França, Antero de Quental e José Fontana. Este último, antigo relojoeiro suíço, ajuda a fundar, em 1872, a Associação Fraternidade Operária (onde ocupa o cargo de 1.º Secretário) e, em 1875, o Partido Socialista Português. Com a crescente influência do movimento republicano, sobretudo nos maiores centros urbanos, assiste-se à deserção de quadros dirigentes das organizações operária para o poderoso e influente Partido Republicano Português e para a Carbonária. Igual percurso fazem algumas reconhecidas figuras da Maçonaria as quais estão, indiscutivelmente, na génese e cimentação de associações de massas, de cariz cidadão e laicizante. Como prova do estreitamento de relações entre o carbonarismo, republicanismo e maçonicismo, recorde-se a eleição de Sebastião de Magalhães Lima, republicano e carbonário, para Grão-Mestre da maçonaria, em 1907.

Em Santarém, acompanhado esta tendência, os jornais noticiavam com relevo os casamentos civis e chegavam a publicitar reuniões de inspiração maçónica, de que é exemplo o comício anti-jesuítico de Julho de 1885, em que esteve presente Magalhães Lima.

Instalá neste contexto que se integrará a instalação, em 1904, loja *Liberdade*

III, nº. 247, subordinada inicialmente ao Rito Francês e, posteriormente, ao Rito Escocês Antigo e Aceite. Por esta época estava já em curso, na nossa cidade, o processo de recuperação da imagem socializante do Padre Francisco Nunes da Silva. Um dos argumentos utilizados veicula, a nosso ver, princípios maçónicos já que é largamente acentuado o carácter filantrópico das disposições do Testamento, em contraste com a insensibilidade social dos demais clérigos que são, por essa razão, vivamente censurados.

A instrução e a beneficência eram, importa sublinhá-lo, temas discursivos caros aos maçons. Da proliferação em todo o País - durante os últimos anos de monarquia e já na vigência da república democrática - de associações que actuavam nos terrenos cultural e social. Entre nós, decorria a fundação da *Associação de classes Reunidas, Instrutiva e Beneficidora, Francisco Nunes da Silva*, instalada em 1902 na Travessa das Burriças, actual Travessa da Hera (à Rua Serpa Pinto). Não há de estranhar, por estas razões, o prudente distanciamento do jornal jesuíta *A União* (1908-1910) face à entronização do "patrono dos operários de Santarém".

Sendo certo que a loja *Liberdade* III "abateu colunas" em 1913, não terá terminado, só por isso, a influência de alguns elementos maçons na disseminação de ideias acarinhadas por aquela organização secreta. Documento irrefutável parece ser a criação, em 1915, da *Associação Fraternidade Operária (AFO)*. Não se afigura fruto do acaso o que os seus dirigentes tenham adoptado designação tão ao gosto da terminologia maçónica (por analogia com a associação lisboeta de José Fontana), como não é indiferente que o estandarte ostente o esquadro e o compasso - simbologia com forte ressonância maçónica. A AFO fixou-se no histórico Palácio Landal, fronteiro ao Largo Passos Manuel (antigo Grão-Mestre da Maçonaria) e traçou como objectivo prioritário a construção do monumento ao Padre

Chiquito. Retomava-se, deste modo, a tradição operária escalabítana cujas intenções hagiológicas para com o filho de sapateiro de Alfange remontavam a 1898. Providencialmente, a inauguração do busto presidida por um antigo operário e dirigente do Partido Socialista, o então Ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva.

É sintomático - na linha do que vimos defendendo - que a AFO, a partir de 1923, se passe a intitular *Grémio Recreativo Operário*. Ora, ensinamos o Dicionário de maçonaria que o termo Grémio é atribuído a qualquer loja maçónica para efeitos de contacto com o mundo profano. De resto, sabe-se que, nos círculos da província, muitas associações agiam como disfarce das actividades maçónicas ou carbonárias.

4. O movimento militar de 28 de Maio de 1926 (produto de confusa amalgama de interesses), pondo cobro à experiência democrática, iniciava um longo e duro período de refluxo para a Maçonaria. Na realidade, não obstante a conhecida ligação de alguns notáveis do novo regime àquela organização, a Câmara Corporativa emitiu em 1935 um parecer que sustentava a proibição de qualquer tipo de associação secreta. Argumentava-se que a Maçonaria Portuguesa (MP): a) Pretendia substituir a civilização cristã, pela civilização maçónica; b) Aspirava à dominação do Estado; c) Tinha uma organização exagerada e perigosamente internacionalista. Concluiu-se, portanto, que as sociedades secretas, e de modo especial a MP, eram incompatíveis com os princípios do Estado Novo.

Com base neste parecer, o Decreto-Lei nº. 1 901, de 21 de Maio de 1935, obrigou a MP a um longo prazo de clandestinidade. A sede, ao Bairro Alto, foi assaltada e saqueada por sequeiros do Regime, parte da Biblioteca apreendida, e finalmente encerrada, por força da Portaria de 21 de Março de 1937. Por todo o País muitas lojas "abateram colunas" e associações públicas obrigadas a retirar o nome

do Grémio. Foi o caso, entre outros, do Grémio Popular, Lisboa, e do Grémio Recreativo Operário, em Santarém, que se passou a designar *Sociedade Recreativa Operária*.

5. Estamos em crer que o quadro esboçado permite comprovar, com alguma consistência, a hipótese sugerida: a relevante participação do ideário maçónico na vida política e social escalabítana (da segunda metade do século XIX, ao fim da 1.ª República). Não se trata aqui - é ocioso frisá-lo - de emitir despropositados juízos de valor sobre a justeza ou bondade dos princípios que animam e dos fins a que se propõe a organização franco-maçónica. Tais intuições não fazem parte da "gramática" do historiador isento e objectivo. Seria todavia gravoso que um segmento da vida social escalabítana não fosse - na exacta proporção da sua real influência na vida colectiva - devidamente respeitado. E o Largo Padre Francisco Nunes da Silva é, justamente, o território urbano onde confluem as marcas do simbolismo maçónico e operário.

É neste entendimento que arriscamos uma interpretação possível para o estranho desaparecimento das colunetas que rodeavam o monumento em 1919. No léxico esolérico da maçonaria, uma coluna representa simbolicamente um sustentáculo ou força: por isso, cada "abreirar" de uma loja é, também, uma sua coluna ou força. A esta luz, as colunas não ocupariam um lugar meramente decorativo na economia iconográfica da escultura. Reforçariam, pelo contrário, a apropriação maçónica da figura e da obra do Padre Francisco Nunes da Silva, delimitando as fronteiras entre o espaço sagrado (o lugar do busto) e o espaço profano (o terreno público envolvente). Exposto aos olhares dos não-iniciados - prolongamento orgânico da Associação Fraternidade Operária (depois Grémio Recreativo Operário) - o monumento exibia uma exemplaridade espiritual e social, baseada em princípios supostamente inspirados nos ideais maçónicos: a fraternidade, a tolerância e a solidariedade.

Não custa acreditar - pelo que fica dito - no "abater de colunas" ordenado pelo Estado Novo. Simbologia esolérica, mas suficientemente explícita aos olhos dos epígonos do novo regime, o "erigir das colunas" em torno de um Padre "diferente" tornara-se insustentável com o corporativismo dominante. Até porque o Prior de S. Julião aparecia tradicionalmente associado a ideologias geradoras de conflitualidade social: o liberalismo, o socialismo, o republicanismo e o maçonicismo.

A corresponder à verdade dos factos, estaríamos confrontados, no caso vertente, com uma curiosa circunstância: o duplo "abater de colunas": dissolvidas pelos aparelhos censórios e demolidas pelo camarelo.

João Carlos Brigola

Nota: Este texto serviu, em 1990, ao tratamento pluridisciplinar que o GPH quis transmitir ao projecto de arranjo urbanístico, recentemente efectuado. Como se depreenderá da leitura, o autor assume que a base documental em que assentou a investigação não permite mais do que a intuição de uma probabilidade: o derube das colunas, agora repostas, ter sido um deliberado gesto anti-maçónico. Uma investigação mais aturada na memória dos velhos habitantes, na imprensa ou no arquivo camarário poderá, afinal, revelar motivo bem mais tangível e prosaico...